



# TEXTO PARA DISCUSSÃO

ISSN 0103-9466

361

## **A profundidade da atual crise social**

**Waldir Quadros**

**Setembro 2019**



**ie** Instituto de  
economia

# A profundidade da atual crise social

Waldir Quadros <sup>1</sup>

## Introdução e Resumo

Uma das manifestações mais agudas da crise que se instala em 2015 com a desastrosa inflexão na política econômica imposta pela dupla Dilma – Levy, e a forte recessão econômica dela decorrente, é o profundo empobrecimento da população brasileira.

Na raiz desse comportamento estão a explosão do desemprego, a retração na geração de empregos e a expansão do trabalho autônomo. Acompanhados do aumento da inadimplência de famílias que se endividaram bastante no forte ciclo de consumo que se encerrou.

Por sua vez, esta interrupção nas melhorias do nível de vida que vigorou entre 2004 e, grosso modo, até 2014, levou a uma atualização na forma de avaliar a dinâmica da estrutura social.

Agora, trata-se de estudar a mobilidade social descendente e a piora nas condições de vida da ampla maioria da população.

Uma das alterações trazidas por este novo olhar, reside na própria denominação da camada até então chamada por nós de Baixa Classe Média, que agora passa a “Pobres Intermediários”.

Se na etapa anterior de mobilidade ascendente já fizéssemos reparos à euforia marqueteira em torno do esplendor da “Classe C”<sup>2</sup>, agora as vicissitudes dos componentes desta camada deixam claro a precariedade da sua situação.

São trabalhadores que enfrentam grande vulnerabilidade, em que qualquer das intercorrências bastante comuns, com eles próprios ou seus familiares, provoca uma queda abrupta em suas condições de vida. Seja o desemprego, a troca de um emprego por outro pior remunerado, doença, prisão, vício, acidente de trabalho ou automobilístico.

Exceto os poucos que possuem algum plano de saúde corporativo, dependem da rede pública de saúde, que há tempos vem sendo sucateada, sofrendo todo tipo de grave adversidade. O mesmo se passa com a escola pública. Moram em bairros distantes com pouca ou nenhuma infraestrutura, dependendo do sistema de transporte precário que predomina nas grandes e médias cidades. Ou se aventuram em motocicletas e carros velhos e sem manutenção, se arriscando a acidentes muito frequentes.

Agregando aos Pobres Intermediários as camadas de Pobres e Miseráveis temos uma boa representação dos trabalhadores vulneráveis na sociedade brasileira.

---

(1) Professor Associado aposentado do IE/Unicamp onde é pesquisador do Centro de Estudos Sindicais e Economia do Trabalho – CESIT e Professor Doutor da Facamp. Nossos agradecimentos iniciais aos colegas Dr. Alexandre Gori Maia, Professor do IE/Unicamp e Dra. Maria Alice Pestana de Aguiar Remy, pesquisadora do Cesit – IE/Unicamp, que sempre processam os microdados do IBGE e sem suas colaborações seria impossível realizar minhas pesquisas. Ao professor Dr. João Manuel Cardoso de Melo, Titular aposentado do IE/Unicamp e Diretor Geral da Facamp pela segura e constante orientação e ao Professor Doutor da Facamp Daví José Nardy Antunes, pelas valiosas sugestões. À Facamp pelo rico e estimulante ambiente intelectual.

(2) Por exemplo: Quadros (2010).

Utilizando os dados da PNAD Contínua Trimestral do IBGE para o último trimestre de 2018, que eram os mais recentes quando preparamos o material deste trabalho, a soma destas três camadas atinge o enorme contingente de 77,3 milhões de trabalhadores, que alcança o espantoso nível de 80,4% dos ocupados!

Uma pergunta que surge de imediato diz respeito a que ocupações e atividades eles desempenham.

Antes de tudo, porém, cabe ter presente que boa parte dos ocupantes destas funções de baixo rendimento enfrenta uma elevada rotatividade ocupacional.

De um lado, como são majoritariamente trabalhadores genéricos, eles podem ser facilmente substituídos por outros com um rápido treinamento. Por outro, de um modo geral também não possuem maior apego a suas atividades e empregadores e aproveitam qualquer outra oportunidade que surgir.

Desta forma, os trabalhadores mais vulneráveis revelam crescente volatilidade ocupacional, ficando cada vez mais remota a ideia de ofícios. Com certeza na crise, com o agravamento das demissões, esse fenômeno ganha maior intensidade e os trabalhadores trocam constantemente de funções e atividades.

Outro aspecto que requer nossa atenção é o fato de que, embora sejam computadas todas as rendas auferidas, o IBGE classifica os trabalhadores pela ocupação principal, ou seja, aquela de maior remuneração.

Assim, fica oculta a prática bastante generalizada entre os vulneráveis de se dedicar a todo tipo de “bico” ou segundo emprego que encontrem para complementar sua renda.

Por tudo isso, progressivamente vem se constituindo uma imensa massa de trabalhadores indiferenciados.

Feitas essas ressalvas, observaremos mais a frente que o Comércio ocupa 21,9% dos trabalhadores vulneráveis, seguido de 12,4% na Indústria de transformação, 11,5% na Agropecuária, 8,8% na Construção, 8,5% nos serviços domésticos, 6,8% em Alojamento e Alimentação, 6,5% na Educação, 5,9% em Transporte, Armazenagem e Correio, 5,1% em Outras Atividades de Serviços, 5% em Atividades Administrativas e Serviços Complementares, 4% em Saúde e Serviços Sociais e 3,6% na Administração Pública, Defesa e Seguridade.

Passemos agora ao exame da mobilidade social. Como procuramos demonstrar ao longo deste trabalho, o intenso processo de ascensão social que vigorou de 2004 a 2014 beneficiou fundamentalmente estes trabalhadores vulneráveis e suas famílias, com notável expansão dos Pobres Intermediários.

Um aspecto que merece ser destacado é que ao final dessa intensa mobilidade ascendente, a Alta Classe Média situa-se praticamente no mesmo patamar de 1981 e a Média um pouco acima!

Na interpretação que seguimos esta estagnação decorre fundamentalmente do nosso processo de desindustrialização e da ausência de progresso técnico sistêmico. Pois é justamente o desenvolvimento do sistema industrial e suas amplas conexões que cria as oportunidades de melhor qualificação e remuneração ocupadas pela Classe Média.

Entretanto, a estabilidade dos níveis de participação da Classe Média não significa que nada ocorreu em seu seio desde 1980.

Como apontamos em trabalho de 1997<sup>3</sup>, a Nova Classe Média<sup>4</sup> criada pelo processo de industrialização pesada, e que estudamos em nosso doutorado<sup>5</sup>, foi progressivamente perdendo seu caráter constitutivo e se transformando tão somente em uma camada de rendimentos mais elevados.

Aquele caráter originário dizia respeito a ocupações de nível superior com conteúdo marcadamente técnico e inovador para a época, associado aos avanços tecnológicos e organizacionais das empresas. E também à forte expansão e modernização nas áreas de Saúde, Educação Superior e Administração Pública.

Com o processo de desindustrialização, estagnação econômica e reestruturação empresarial defensiva que se seguiu ao “Milagre”, a Classe Média vai perdendo estas características e assumindo funções cada vez mais genéricas, principalmente nas áreas de gestão e vendas, com algum conteúdo técnico e grande familiaridade com softwares, internet, aplicativos etc. E com a crise do Estado, com raras exceções atuando em redes públicas de Saúde e Educação sucateadas, tal qual na Administração Pública.

Já na fase de estagnação dos investimentos da década de oitenta as empresas iniciam um forte processo de redução de custos com o duplo intuito de sobreviverem e acumular recursos líquidos para compensar a queda nas vendas com os atrativos ganhos na “ciranda financeira”.

Começa a grassar uma agressiva ação de consultorias que promovem um rápido e generalizado enxugamento das atividades administrativas, agrupando diretorias e demitindo os funcionários vinculados àquelas que são suprimidas.

Na década de noventa essas práticas avançarão ainda mais, acompanhadas de desnacionalização e de fusões e incorporações com iguais ou mais profundos resultados. Além da cada vez mais forte introdução de progresso técnico poupador de mão de obra, inclusive de profissionais mais qualificados, porém atuantes em tarefas rotineiras.

Por fim, na fase recente de crescimento e mobilidade ocorre quase que tão somente uma dinamização do mercado de trabalho sem maiores consequências sobre o esvaziamento dos conteúdos da classe média, já que não foi acompanhada de um vigoroso processo de reindustrialização e progresso tecnológico.

Passemos então a uma rápida comparação entre as ocupações mais relevantes para a Alta Classe Média em 1981 e no quarto trimestre de 2018, sempre ressaltando as alterações metodológicas ocorridas ao longo deste período.

Em termos bastante panorâmicos, e como veremos mais a frente, em 1981 os Comerciantes Estabelecidos estavam em primeiro lugar entre as ocupações mais numerosas (5,9%), e em 2018.4 descem para a terceira posição (3,9%).

Em 2018.4 a primeira posição passa a ser ocupada pelos Advogados e Juristas (4,7%), que em 1981 estavam em nono lugar (2,7%). Sendo que agora também podem ser considerados os Outros Profissionais do Direito e Serviços Legais (com 2,4%).

---

(3) Cf. Quadros (1997).

(4) Cf. Mills (1969).

(5) Cf. Quadros (1991).

Os Médicos avançam para a segunda posição em 2018.4 (6,2%, sendo 4,6% de especialistas e 1,6% gerais.) contra a quinta em 1981 (3,7%).

Em 2018.4 os Professores do Ensino Superior ocupam o quarto posto (3,5%) sendo que estavam fora da lista de 1981.

Por sua vez, os Engenheiros que ocupavam o 4º lugar em 1981(3,8%) ficam de fora em 2018.4.

Por fim, cabe discutir os impactos sobre a mobilidade social das famílias advindos da profunda crise econômica que se inicia em 2015. Os dados indicam claramente que em 2016 ocorre uma forte mobilidade descendente com uma retração da ordem de 2,7 milhões de pessoas da Alta Classe Média e de 6,6 milhões de Pobres Intermediários, acompanhado de aumento de 5,1 milhões de Pobres e 2,7 milhões de Miseráveis.

E esta reversão na mobilidade não se alterou até agora.

É bem provável que este impacto da crise econômica ajude a entender o clima de descontentamento, radicalização e polarização política, que vai se instalando nas classes médias. Que já não estavam satisfeitas com o baixo dinamismo que enfrentaram no período de forte mobilidade nas camadas populares.

Nunca é demais insistir que, do ponto de vista que abraçamos, esta crise social é decorrência direta do brutal ajuste implantado pela dupla Dilma – Levy, com enfático apoio inicial do ex-presidente Lula.

Não podemos esquecer que ele sugeriu à Presidente que nomeasse para o Ministério da Fazenda seu ex-ministro Meirelles, para repetir o ajuste da “Carta aos Brasileiros” de 2003.

Com a recusa da Presidente ao nome indicado, ele envia o ex-ministro Palocci para convidar o presidente do Bradesco, que declina e indica o Levy, seu funcionário.

Ao mesmo tempo ele usa sua forte liderança para convencer o PT a apoiar o ajuste da “companheira Dilma”, pois esse seria o remédio necessário para novamente enfrentar as dificuldades fiscais e assegurar a governabilidade.

É verdade que passados aproximadamente seis meses de ajuste cego e linear, junto à elevação das tarifas administradas, os fortes sinais de descontentamento na opinião pública ficam evidentes e ele intercede para que a Presidente reveja este caminho suicida.

De fato, o “cavalo de pau” a afastou de seu eleitorado e rapidamente seus níveis de aprovação se tornam irrisórios, abrindo caminho para o impeachment.

Entretanto, teimosamente, ela se recusa e vai em frente para o precipício levando a Nação junto, que é jogada em uma terrível crise econômica e social, da qual até hoje não nos livramos.

Tudo indica que esta estratégia desatinada já estava inscrita nas intenções da Presidente e de seus principais assessores, que equivocadamente interpretam a (apertada) vitória de 2014 como sinal verde para governarem sozinhos, se “livrando” da interferência do ex-presidente e das influências do PT e do PMDB, que tinha o vice da sua chapa e forte presença no Congresso. Deu no que deu...

A rápida e drástica queda na popularidade da Presidente liberou as energias da oposição conservadora e viabilizou o impeachment, justificado por evidentes casuísmos.

Além disso, reforçou irresistivelmente as forças jurídicas e políticas interessadas em retirar o ex-presidente das eleições presidências de 2018, já que ele era o grande favorito. Como sabemos, por meio de

todo tipo de artifício ele termina sendo preso. Sendo que ilustres membros das forças conservadoras também denunciados continuaram atuando livremente no cenário político.

## 1 Quantos são os pobres e miseráveis?

Feita esta síntese inicial, passemos agora a um exame mais detalhado dos dados pertinentes.

O primeiro passo é o dimensionamento dos trabalhadores que se encontram na situação de pobres e miseráveis, os mais vulneráveis diante da profunda crise que se abateu sobre a sociedade brasileira.

Para tanto vamos utilizar os dados da PNAD Contínua Trimestral do IBGE até o último trimestre de 2018, que eram os disponíveis quando preparamos o material deste trabalho.

Logo de início devemos apresentar os critérios utilizados na estratificação dos indivíduos ocupados, começando pelas “linhas de corte” expressas na Tabela 1<sup>6</sup>, apresentada a seguir.

Tabela 1  
Linhas de corte (R\$) – Individuais

“Padrões de vida”	Jan. 2004	Out. 2018*
Alta Classe Média	acima de 2.500	acima de 5.660
Média Classe Média	de 1.250 a 2.500	de 2.830 a 5.660
Pobres Intermediários	de 500 a 1.250	de 1.132 a 2.830
Pobres	de 250 a 500	de 566 a 1.132
Miseráveis	até 250	até 566

\* valores deflacionados pelo INPC. Sal. Mínimo = 954

Os valores de 2004 foram fixados quando adotamos a atual metodologia, em janeiro de 2004. O valor nominal do Salário Mínimo era então de R\$ 240 e o valor real estava um pouco acima de R\$ 250.

Assim, adotamos o valor de R\$ 250 para a linha de corte dos miseráveis, e de seus múltiplos para as demais camadas. Como os reajustes do salário mínimo foram superiores à inflação, os trabalhadores Miseráveis que seguiram recebendo este piso legal foram promovidos para a camada dos Pobres.

---

(6) Cabe registrar que estas linhas de corte não foram estabelecidas por critérios meramente estatísticos, mas sim por meio de uma abordagem mais próxima da sociologia das ocupações. Em poucas palavras, buscamos definir as faixas de rendimentos declarados à PNAD que captavam as ocupações consideradas típicas de cada camada, começando por aquelas melhor situadas. Inspirando-se em Wright Mills, tomamos como representativas da Alta Classe Média os profissionais de nível superior, tais como médicos, engenheiros, professores universitários, micro e pequenos empresários. Na Média Classe Média, os profissionais de nível médio como gerentes, professores de segundo grau, supervisores, técnicos especializados. Na camada de Pobres Intermediários, os professores do ensino fundamental, auxiliares de enfermagem, auxiliares de escritório. Os miseráveis foram definidos como aqueles que em janeiro de 2004 ganhavam menos de um salário mínimo, que é o piso constitucional. Os Pobres como aqueles que se situavam entre estas duas últimas camadas mencionadas.

Por fim, a camada de topo da estrutura é a Alta Classe Média, pois os Ricos não respondem à PNAD ou, quando o fazem, omitem seus rendimentos advindos de lucros e dividendos, aplicações financeiras e imobiliárias etc., declarando algo mais apropriado a um diretor de seus negócios.

Basta mencionar que em outubro de 2018 enquanto a primeira linha de corte deflacionada era de R\$ 566 o valor nominal do salário mínimo era de R\$ 954.

Desta forma, a metodologia revelou plena aderência à realidade, captando integralmente os efeitos do crescimento real do salário mínimo sobre a mobilidade social dos trabalhadores Miseráveis e Pobres.

Com base nestes critérios temos a seguinte estratificação dos indivíduos ocupados.

Tabela 2  
Estrutura social dos ocupados  
2018.4

“Padrões de vida”	Nº (mil)	%	Rd. Média*
Alta Classe Média	6.092	6,3	11.803
Média Classe Média	12.726	13,2	3.791
Pobres Intermediários	38.809	40,4	1.697
Pobres	25.899	26,9	918
Miseráveis	12.622	13,1	313
Total	96.147	100,0	2.223

Fonte: IBGE/PNAD Contínua Trimestral

S. Mín. = 954

\* A preços de out./2018.

Como se observa, a renda média mensal declarada pelos trabalhadores da camada denominada de Pobres Intermediários era de R\$ 1.697 no último trimestre de 2018, equivalente a 1,8 salários mínimos. Entre os Pobres de meros R\$ 918 e entre os miseráveis de ínfimos R\$ 313.

Somando-se estas três camadas tem-se um contingente de 77.329 mil trabalhadores “pobres e miseráveis”<sup>7</sup>, que alcançam o espantoso nível de 80,4% dos ocupados!

Em poucas palavras, continuamos uma sociedade de trabalhadores pobres.

## 2 Onde eles vivem?

Ainda que por estas proporções escandalosas eles se encontrem em todo o nosso território, é importante examinar sua distribuição espacial.

Um primeiro recorte, que se impõe pelos enormes desafios colocados a todos aqueles preocupados em enfrentar a questão social, diz respeito à sua concentração nas regiões metropolitanas.

Como se verifica na tabela a seguir vive nas regiões metropolitanas 28 milhões de trabalhadores pobres e miseráveis, que representam 36 % do total nacional deste segmento.

(7) Para não tornar o texto muito repetitivo também chamaremos este conjunto de “vulneráveis” ou “precários”.

Tabela 3  
Número de Trabalhadores Pobres e Miseráveis  
2018.4

Brasil	Nº (mil)	%
	77.329	100,0
Regiões Metropolitanas	28.018	36,2
RM de São Paulo	7.557	9,8
RM do Rio de Janeiro	4.102	5,3
RM de Belo Horizonte	2.135	2,8
RM de Salvador	1.590	2,1
RM de Fortaleza	1.530	2,0
RM de Porto Alegre	1.482	1,9
RM de Recife	1.365	1,8
RM de Curitiba	1.268	1,6
RM de Goiânia	1.002	1,3

Fonte: PNAD Contínua Trimestral – IBGE.

Obviamente, esta concentração de problemas é ainda maior se englobarmos as grandes e médias cidades do interior dos estados.

Outra dimensão relevante diz respeito às diferenças regionais. As tabelas 4 e 5 a seguir indicam que nas regiões Nordeste e Norte a participação dos trabalhadores vulneráveis é superior à média nacional. Atingem, respectivamente, 88,2% e 86,6% do conjunto dos trabalhadores de suas regiões.

Por outro lado, o Nordeste engloba 25,6% do total nacional deste segmento e o Norte 8,6%.

O Sudeste revela uma posição intermediária, com 77,5 % de vulneráveis no conjunto dos trabalhadores. Porém, nesta região vive 43,1 % dos trabalhadores pobres e miseráveis, refletindo a própria concentração da população.

As menores concentrações se encontram no Sul (76,7%) e Centro Oeste (75,8%). Vive nestas regiões, respectivamente, 15% e 7,8% do total nacional deste segmento.

Tabela 4  
Nº de Trabalhadores Pobres e Miseráveis  
2018.4

Regiões	Nº (mil)	% de vulneráveis nos ocupados da região
Nordeste	19.810	88,2
Norte	6.613	86,6
Sudeste	33.347	77,5
Sul	11.572	76,7
Centro Oeste	6.027	75,8
Brasil	77.329	80,4

Fonte: PNAD Contínua Trimestral – IBGE.



Tabela 5  
Nº de Trabalhadores Pobres e Miseráveis  
2018.4

Regiões	Nº (mil)	% do Brasil
Nordeste	19.810	25,6
Norte	6.613	8,6
Sudeste	33.347	43,1
Sul	11.572	15,0
Centro Oeste	6.027	7,8
Brasil	77.329	100,0

Fonte: PNAD Contínua Trimestral – IBGE.

### 3 Quais são suas ocupações?

Examinemos agora a presença dos trabalhadores pobres e miseráveis nas diversas atividades econômicas e ocupações com base nos dados do quarto trimestre de 2018.

A Tabela 6 apresenta a distribuição dos trabalhadores vulneráveis nas atividades mais numerosas, que englobam 65,4 milhões dos mesmos e 87,3 milhões do total de ocupados.

Em decorrência da própria concentração setorial do emprego, no Comércio se encontra 16,7 milhões de trabalhadores precários, que corresponde a 21,9% do total dos trabalhadores vulneráveis nas atividades selecionadas.

Por outro lado, como se observa na Tabela 7, no Comércio 90,5% dos ocupados pertence a este segmento de baixos rendimentos.

Tabela 6  
% de pobres e miseráveis nas principais atividades  
2018.4

Atividades	Nº (mil)	%
Comércio	16.682	21,9
Indústria de Transformação	9.449	12,4
Agricultura, Pecuária e Afins	8.728	11,5
Construção Civil	6.689	8,8
Serviços Domésticos	6.450	8,5
Alojamento e Alimentação	5.177	6,8
Transporte, Armazenagem e Correio	4.486	5,9
Ativ. Adm. e Serviços Complementares	3.825	5,0
Outras Atividades de Serviços	3.912	5,1
Educação	4.944	6,5
Saúde e Serviços Sociais	3.049	4,0
Adm. Pública, Defesa e Seguridade	2.704	3,6
Atividades Selecionadas	65.399	100,0

Fonte: PNAD Contínua Trimestral – IBGE.

Tabela 7  
% de Pobres e Miseráveis nas Principais Atividades  
2018.4

Atividades	Nº (mil)	Pobres	%
Comércio	18.428	16.682	90,5
Indústria de Transformação	10.933	9.449	86,4
Agricultura, Pecuária e Afins	8.859	8.728	98,5
Construção Civil	7.130	6.689	93,8
Serviços Domésticos	6.450	6.450	100,0
Alojamento e Alimentação	5.566	5.177	93,0
Transporte, Armazenagem e Correio	4.871	4.486	92,1
Ativ. Adm. e Serviços Complementares	4.278	3.825	89,5
Outras Atividades de Serviços	4.032	3.912	97,0
Educação	6.771	4.944	73,0
Saúde e Serviços Sociais	4.824	3.049	63,2
Adm. Pública, Defesa e Seguridade	5.174	2.704	52,3
Atividades Seleccionadas	87.317	65.399	87,1

Fonte: PNAD Contínua. Trimestral – IBGE.

Para não tornar o texto extremamente maçante deixamos a critério do leitor mais interessado nestes dados examinar diretamente nas tabelas as informações das demais atividades seleccionadas.

Passemos então ao exame das principais ocupações com trabalhadores pobres e miseráveis nestas atividades mais expressivas.

Iniciando pelo **Comércio**, verifica-se pela Tabela 8 que as ocupações seleccionadas englobam 13,4 milhões de trabalhadores vulneráveis, o que corresponde a 75,7% do total dos mesmos nesta atividade.

O que fazem estes trabalhadores precários do Comércio?

Um primeiro contingente é formado por 2,5 milhões de donos de pequenos negócios estabelecidos. Dedicam-se a todo tipo de comércio, legais ou não, em grande parte voltado aos consumidores populares.

Englobam desde pequenas lojas nos centros e bairros até as chamadas “biroscas” das periferias urbanas.

Destaca-se ainda uma enorme massa de 6,1 milhões de vendedores, assim distribuídos: 3,4 milhões de Balconistas e Vendedores e 2,7 milhões de Vendedores a Domicílio e Ambulantes.

Por fim, temos 3,0 milhões de trabalhadores Administrativos e de Apoio e 1,2 milhão de Mecânicos e Eletricistas.

Tabela 8  
Pobres e miseráveis no comércio  
2018.4

Ocupações	Nº de Vulneráveis (Mil)	% dos vulneráveis no Comércio
Donos de lojas	2.467	13,4
Balconistas e Vendedores	3.375	18,3
Administrativos e Apoio	3.021	16,4
Vend. a domicílio e ambulantes	2.749	14,9
Mecânicos e Eletricistas	1.173	6,4
Padeiros, Confeiteiros e afins	616	3,3
Frentistas e Lavadores	557	3,0
Ocupações selecionadas	13.401	75,7

Fonte: PNAD Contínua Trimestral – IBGE.

A segunda atividade de maior expressão numérica é a **Indústria de Transformação**, apresentada na Tabela 9.

Tabela 9  
Pobres e Miseráveis na Indústria De Transformação  
2018.4

Ocupações	Nº de vulneráveis (MIL)	% dos vulneráveis na indústria
Escriturários	570	5,2
Trabalhadores na Confecção	1.506	13,8
Mecânicos e Afins	960	8,8
Trabalhadores na Alimentação	450	4,1
Marceneiros e Carpinteiros	425	3,9
Artesãos	438	4,0
Oper. de máq. de Plásticos e Calçados	281	2,6
Trabalhadores Elementares	466	4,3
Ocupações Selecionadas	5.097	46,6

Fonte: PNAD contínua trimestral – IBGE.

Pela sua própria natureza, a indústria possui uma maior diversidade de ocupações. Entretanto, o fato de que a mais destacada se refira aos trabalhadores na Confecção diz muito do processo de desindustrialização que deteriora nosso sistema industrial desde os anos noventa.

De fato, trata-se de um setor bastante tradicional, que antecede mesmo nosso processo de industrialização pesada.

Na sequência, temos o agregado formado pela **Agricultura, Pecuária e Afins** que desde sempre constitui um imenso reservatório de mão de obra mal remunerada.

Em primeiro lugar temos a pequena propriedade familiar com 4,8 milhões, composta de 2,8 milhões de agricultores, 1,6 milhão de pecuaristas e 370 mil agricultores de hortas e jardins.

Por fim, uma imensa massa de 2,5 milhões de trabalhadores elementares (“peões”).

Tabela 10  
Pobres e miseráveis na agricultura, pecuária e afins  
2018.4

Ocupações	Nº de Vulneráveis (Mil)	% dos vulneráveis na Agricultura
Agricultores e Trab. Qualificados	2.832	32,0
Criadores de Gado e Trab. qualificados	1.585	17,9
Agricultores de Hortas e Jardins	370	4,2
Operadores de Máquinas	269	3,0
Trabalhadores Elementares	2.506	28,2
Ocupações Seleccionadas	4.730	85,3

Fonte: PNAD Contínua Trimestral – IBGE.

A Tabela 11 apresenta os dados da **Construção Civil**, que sempre foi uma porta de entrada para o mercado de trabalho urbano masculino. Destaca-se a massa de 2,7 milhões de Pedreiros e 1,6 milhão de trabalhadores elementares (serventes e afins), ao lado de um contingente mais restrito de 680 mil Pintores e 350 mil eletricitistas.

Tabela 11  
Pobres e miseráveis na construção civil  
2018.4

Ocupações	Nº de Vulneráveis (Mil)	% dos vulneráveis na Construção
Pedreiros	2.650	37,2
Pintores	678	9,5
Eletricistas	345	4,8
Trabalhadores elementares	1.602	22,5
Ocupações seleccionadas	5.275	74,0

Fonte: PNAD Contínua Trimestral – IBGE.

Na sequência, a Tabela 12 apresenta os dados dos trabalhadores dos **Serviços Domésticos**, outra tradicional porta de entrada para o mercado de trabalho urbano, aqui fundamentalmente para as mulheres.

A imensa maioria é formada por empregadas domésticas, com carteira ou sem, mensalistas ou diaristas. Revela alguma relevância as cuidadoras de crianças e de pessoas em domicílios (idosos e doentes), segmento este que tende a crescer diante das tendências demográficas.

Tabela 12  
Pobres e miseráveis nos serviços domésticos  
2018.4

Ocupações	Nº de Vulneráveis (Mil)	% dos vulneráveis na Atividade
Serviços domésticos gerais	4.913	76,2
Cuidadores de crianças	611	9,5
Cuidados pessoais a domicílios	591	9,2
Ocupações selecionadas	6.115	94,8

Fonte: PNAD Contínua Trimestral – IBGE.

Observam-se na Tabela 13 os diversificados trabalhadores precários que atuam na atividade de **Alojamento e Alimentação**.

Um primeiro conjunto é formado por 830 mil pequenos proprietários de pensões, bares, restaurantes, lanchonetes, padarias, pizzarias etc. voltados majoritariamente ao segmento popular.

Outros destaques são os 910 mil cozinheiros e 720 mil garçons em geral trabalhando nestes pequenos estabelecimentos.

Tabela 13  
Pobres e miseráveis em alojamento e alimentação  
2018.4

Ocupações	Nº de Vulneráveis (Mil)	% dos vulneráveis na Atividade
Comerciantes de lojas	827	14,9
Caixas	127	2,3
Cozinheiros	907	16,3
Ajudantes de cozinha	430	7,7
Padeiros confeitadores e afins	398	7,2
Garçons e atendentes de bar	720	12,9
Balconistas	373	6,7
Trabalhadores de limpeza	174	3,1
Vendedores ambulantes	438	7,9
Ocupações selecionadas	4.396	79,0

Fonte: PNAD Contínua Trimestral – IBGE.

Na Tabela 14 se encontram os trabalhadores vulneráveis que se dedicam aos **Transportes, Armazenagem e Correios**.

São formados em grande medida por motoristas (2,6 milhões), sendo 1,3 milhão de automóveis, 930 mil de caminhões pesados e 410 mil de ônibus; além de 380 mil motociclistas.

Tabela 14  
Pobres e miseráveis nos transportes, armazenagem e correios  
2018.4

Ocupações	Nº de Vulneráveis (Mil)	% dos vulneráveis na Atividade
Condutores de automóveis	1.291	26,5
Condutores de caminhões pesados	930	19,1
Condutores de ônibus	410	8,4
Motociclistas	379	7,8
Fiscais e cobradores	168	3,5
Escriturários	183	3,8
Carregadores	289	5,9
Ocupações selecionadas	2.359	48,4

Fonte: PNAD Contínua Trimestral – IBGE.

A Tabela 15 apresenta as mais expressivas ocupações dos trabalhadores precários que atuam nas **Atividades Administrativas e Serviços Complementares**, compostas majoritariamente por empresas terceirizadas que prestam serviços a outras empresas.

Como se observa dedicam-se fundamentalmente à limpeza (770 mil), segurança (750 mil), portaria e zeladoria (510 mil), centrais de atendimento (350 mil) e atividades administrativas (210 mil).

Tabela 15  
Pobres e miseráveis nas atividades adm. e serviços complementares  
2018.4

Ocupações	Nº de Vulneráveis (Mil)	% dos vulneráveis na Atividade
Guardas	748	17,5
Porteiros e zeladores	506	11,8
Escriturários	212	5,0
Centrais de atendimento	347	8,1
Trabalhadores de limpeza	774	18,1
Ocupações selecionadas	2.586	60,5

Fonte: PNAD Contínua Trimestral – IBGE.

Na Tabela 16 encontram-se os trabalhadores vulneráveis que se destacam nas **Outras Atividades de Serviços**, basicamente 1,2 milhão de Cabeleireiros e 1,1 milhão de Manicures, Depiladoras etc.

Tabela 16  
Pobres e miseráveis nas outras atividades de serviços  
2018.4

Ocupações	Nº de Vulneráveis (Mil)	% dos vulneráveis na Atividade
Cabeleireiros	1.219	30,2
Tratamento de beleza e afins	1.059	26,3
Ocupações selecionadas	2.278	56,5

Fonte: PNAD Contínua Trimestral – IBGE.

Encerrando esta apresentação das principais ocupações do imenso exército de trabalhadores de baixos rendimentos, que na verdade é o que faz nossa sociedade funcionar, temos três atividades que se caracterizam por conter um expressivo número de servidores públicos e, como vimos na Tabela 7, as menores taxas de trabalhadores vulneráveis.

A primeira delas é a **Educação** onde, pela sua relevância social, não deveriam existir tantos trabalhadores mal remunerados. Entretanto, como se observa na Tabela 17, eles atingem 2,9 milhões de Professores e Afins, sendo 1,5 milhão Professores do Ensino Fundamental, 680 mil Professores da Pré-Escola, 300 mil Ajudantes de Professores, 205 mil Cuidadores de Crianças e 220 mil Outros Profissionais de Ensino.

Temos ainda 515 mil Escriturários e Secretários, 240 mil cozinheiros e 100 mil guardas.

Tabela 17  
Pobres e miseráveis na educação  
2018.4

Ocupações	Nº de Vulneráveis (Mil)	% dos vulneráveis na Educação
Professores do fundamental	1.519	22,4
Professores da pré-escola	677	10,0
Trabalhadores de limpeza	425	6,3
Escriturários e secretários	515	7,6
Ajudantes de professores	303	4,5
Cuidadores de crianças	205	3,0
Outros profissionais de ensino	218	3,2
Cozinheiros	238	3,5
Guardas	102	1,5
Ocupações selecionadas	4.203	62,1

Fonte: PNAD Contínua Trimestral – IBGE.

Na sequência, verifica-se pela baixa cobertura da Tabela 18, que a área de **Saúde e Serviços Sociais** apresenta uma grande dispersão ocupacional dos precários, destacando-se os 860 mil Enfermeiros de Nível Médio e 250 mil Agentes de Saúde.

Nas áreas de apoio encontram-se 280 mil escriturários, 280 mil recepcionistas e 240 mil trabalhadores de limpeza.

Tabela 18  
Pobres e miseráveis na saúde e serviços sociais  
2018.4

Ocupações	Nº de Vulneráveis (Mil)	% dos vulneráveis na Atividade
Enfermeiros de nível médio	857	17,8
Agentes de saúde	246	5,1
Escriturários	275	5,7
Recepcionistas	278	5,8
Trabalhadores de limpeza	240	5,0
Ocupações selecionadas	1.896	39,3

Fonte: PNAD Contínua Trimestral – IBGE.

Por fim, encontram-se na Tabela 19 os dados relativos aos vulneráveis da **Administração Pública, Defesa e Seguridade**, que também se caracteriza por elevada dispersão ocupacional.

Merece registro os 270 mil Graduados e Praças das Forças Armadas e os 200 mil Agentes de Saúde.

No suporte encontram-se 800 mil Escriturários, 145 mil Guardas e 140 mil Motoristas, além de 280 mil trabalhadores da limpeza e 120 mil Coletores de Lixo e Recicláveis.

Tabela 19  
Pobres e miseráveis na admim. pública, defesa e seguridade  
2018.4

Ocupações	Nº de Vulneráveis (Mil)	% dos vulneráveis na Atividade
Graduados e praças das forças armadas	271	5,3
Escriturários	800	15,5
Agentes da saúde	199	3,8
Guardas	145	2,8
Motoristas	136	2,6
Trabalhadores da limpeza	278	5,4
Coletores de lixo e recicláveis	123	2,4
Ocupações selecionadas	1.952	37,7

Fonte: PNAD Contínua Trimestral – IBGE.

#### 4 A Mobilidade Social Recente

Passemos agora ao exame do forte processo de mobilidade social ascendente que começou em 2004 e, grosso modo, durou até 2014.



Para tanto, vamos trabalhar com a agregação familiar das pessoas<sup>8</sup>, ou seja, com a estratificação social da população, sendo que as famílias são classificadas a partir da situação do seu membro melhor remunerado.

Com base nesse critério, temos a seguinte estrutura dos rendimentos médios declarados pelas famílias.

Tabela 20  
Renda média familiar – 2014

Descrição	R\$*
Alta Classe Média	12.879
Média Classe Média	4.831
Pobres Intermediários	2.361
Pobres Intermediários	1.168
Miseráveis	282
Renda Média Global	3.267

Fonte: PNAD, IBGE.

\*a preços de out/2015.

Como se trata da renda de toda a família e não renda per capita, mais uma vez se constata a consistência da estratificação adotada. De fato, a melhor situação entre os pobres e miseráveis, que é aquela da camada de Pobres Intermediários, tem uma renda familiar declarada de apenas R\$ 2.361 mensais.

A partir destes critérios apresenta-se nas Tabelas 21 e 22 a evolução da estrutura familiar da população vigente em 2004 e 2014.

Tabela 21  
Evolução da estrutura familiar da população  
(em %)

“Padrões de vida”	2004 %	2014 %
Alta Classe Média	6,2	8,8
Média Classe Média	10,0	14,3
Pobres Intermediários	28,6	44,5
Pobres	30,2	22,4
Miseráveis	22,9	6,3
Ignorado	2,3	3,7
Total	100,0	100,0

Fonte: PNAD/IBGE.

(8) Alertando que até este momento estávamos trabalhando com a estratificação dos **indivíduos ocupados**.

Para construirmos a Tabela 22, e com o objetivo de neutralizar o crescimento vegetativo, aplicamos as porcentagens de 2004 sobre a população de 2014. Com isso, simulamos os números que encontraríamos em 2014 caso não tivesse ocorrido nenhuma mobilidade ao longo do período. Desta forma as variações referem-se exclusivamente à ascensão social entre as camadas.

Tabela 22  
Evolução da estrutura familiar da população  
(em mil pessoas)

“Padrões de vida”	2004	2014	Varição 2004-2014
Alta Classe Média	12.818	18.542	5.724
Média Classe Média	20.702	30.156	9.454
Pobres Intermediários	59.355	93.923	34.568
Pobres	62.733	47.200	- 15.533
Miseráveis	47.584	13.370	- 34.214
Total	203.191	203.191	0

Fonte: PNAD/IBGE.

Não vamos nos alongar muito na descrição deste processo. Queremos apenas recuperar aqui seus principais traços, com o intuito de introduzir a crise atual.

Estes dados já revelam claramente os principais aspectos deste processo de mobilidade, que possui um duplo caráter. De um lado, o muito forte movimento de ascensão entre as camadas populares. De outro, o relativamente fraco dinamismo na classe média.

De fato, a proporção de Miseráveis na população cai de 22,9% em 2004 para apenas 6,3% em 2014. A camada de Pobres recebeu todo esse enorme contingente e, mesmo assim, caiu de 30,2% para 22,4%. Entre os Pobres Intermediários, camada para onde sobem os Pobres, o crescimento é de 28,6% para 44,5%, assumindo o posto de mais numerosa.

Por sua vez, ainda que positiva, a mobilidade para a classe média é bem mais modesta, como pretendemos esclarecer com os dados da Tabela 23.

Tabela 23  
Mobilidade social da população 2004 – 2014

“Padrões de vida”	2004 (Mil pessoas)	Subiram (Mil pessoas)	% de 2004
Alta Classe Média	12.818		
Média Classe Média	20.702	5.724	27,7
Pobres Intermediários	59.355	15.178	25,6
Pobres	62.733	49.747	79,3
Miseráveis	47.584	34.214	71,7
Mobilidade Total	203.191	104.774	51,6

Fonte: PNAD/IBGE.

A partir dos dados da Tabela 22, notamos aqui que no período 2004 – 2014 um imenso contingente de 34,2 milhões de Miseráveis saiu desta situação. Isto significa que 71,7% deles subiram de posição social!

Admitindo, para raciocinarmos, que as pessoas sobem um degrau de cada vez, para ficar relativamente estável a camada de Pobres deveria ter aumentado neste valor já bastante expressivo. Porém, ela diminuiu em 15,5 milhões, significando que nesta camada a ascensão foi de espantosos 49,7 milhões (34,2 + 15,5)!

Assim sendo, a mobilidade entre os Pobres potencialmente atingiu 79,3% da população que existia em 2004, não sendo necessário mais nenhum argumento para dimensionar seu significado.

A partir deste ponto a mobilidade vai perdendo impulso. De fato, a camada de Pobres Intermediários cresce em 34,6 milhões, mas como recebeu 49,75 milhões de Pobres, sua ascensão para a Média Classe Média envolveu 15,2 milhões de pessoas (49,75 – 34,6), representando 25,6% da sua população em 2004.

Ou seja, se todas as oportunidades criadas no período para ascender a Média Classe Média fossem reservadas para aqueles que se encontravam entre os Pobres Intermediários em 2004, ela envolveria uma em cada quatro pessoas.

Por fim, a passagem da Média Classe Média para a Alta atingiu 5,7 milhões, já que recebeu 15,2 milhões de Pobres Intermediários, mas expandiu-se em 9,5 milhões (15,2 – 9,5 = 5,7), equivalentes a 27,7% da sua população em 2004.

Se agregarmos a mobilidade verificada em todas essas camadas ela envolve um extraordinário contingente de 104,8 milhões de pessoas, equivalente a 51,6% da população de 2004.

Para finalizar este item passemos ao exame da evolução da renda média familiar, apresentada na Tabela 24.

Nota-se que em termos globais ocorreu o expressivo aumento de 40% reais de 2004 a 2014. Por outro lado, todas as camadas tiveram suas rendas familiares aumentadas, à exceção dos miseráveis. Neste caso, o que ocorreu é que os que não ascenderam são aqueles com rendimentos mais baixos.

Também merece registro que as duas camadas da Classe Média são as que tiveram menor aumento. Este fato é muito importante, pois ocorreu no período a chamada “inflação dos serviços”, ou seja, seu encarecimento. Em grande medida os serviços pessoais são prestados por estas camadas populares e largamente consumidos pela classe média.

Esta circunstância explica muito da má vontade dos segmentos melhor situados com o progresso na distribuição da renda entre os trabalhadores que se verificou no período, particularmente no que se refere aos aumentos reais do salário mínimo e ao programa Bolsa Família.

Tabela 24  
Renda média familiar\*

Descrição	2004	2014	2014-04	%
Alta Classe Média	12.214	12.879	664	5,4
Média Classe Média	4.639	4.831	191	4,1
Pobres Intermediários	2.176	2.361	185	8,5
Pobres	1.084	1.168	84	7,7
Miseráveis	470	282	-188	-40,1
Renda Média Global	2.337	3.267	930	39,8

\*A preços de outubro de 2015.

Fonte: PNAD/IBGE

Outra maneira de examinar os impactos da melhoria dos rendimentos é examinando conjuntamente sua evolução com a mobilidade social, tal como se apresenta na Tabela 25.

Tabela 25  
Impacto na renda média familiar\*

“Padrões de vida”	2004	2014	2004-2014	Aumento em %
Alta Classe Média		12.879	8.239	178
Média Classe Média	4.639			
Média Classe Média		4.831	2.654	122
Pobres Intermediários	2.176			
Pobres Intermediários		2.361	1.277	118
Pobres	1.084			
Pobres		1.168	698	149
Miseráveis	470			

Fonte: PNAD/IBGE

\*A preços de outubro de 2015.

Os 34,2 milhões de Miseráveis que subiram de posição (Tabela 22) passaram de uma renda familiar de R\$ 470 em 2004 para R\$ 1.168 em 2014, com um aumento de 149% em termos reais, ou seja, descontando a inflação. Esta elevada porcentagem indica que o valor do aumento supera largamente o valor de 2004.

Entre os 49,7 milhões de Pobres que ascenderam o aumento foi de 118%, passando de R\$ 1.084 em 2004 para R\$ 2.361 em 2014.

Os 15,2 milhões de Pobres Intermediários que subiram para a Média Classe Média passaram de R\$ 2.176 para R\$ 4.831 (122%). Por fim, os 5,7 milhões que foram da Média para a Alta Classe Média, tiveram um aumento de 178% (de R\$ 4.639 para R\$ 12.879).

## 5 Os limites estruturais na ascensão para a Classe Média

A Tabela 26 apresenta alguns períodos marcantes da nossa história desde 1981 e queremos aqui destacar os limites para a ascensão à Classe Média.

Este ponto de partida temporal é determinado pela própria disponibilidade de dados, podendo ser tomado como o resultado da fase da industrialização pesada, que vai de 1930 até 1980.

Tabela 26  
Evolução da estrutura familiar da população

“Padrões de vida”	1981 %	1989 %	2004 %	2014 %
Alta Classe Média	8,3	10,5	6,2	8,8
Média Classe Média	13,1	13,0	10,0	14,3
Pobres Intermediários	36,1	28,0	28,6	44,5
Pobres	25,1	23,5	30,2	22,4
Miseráveis	16,6	23,9	22,9	6,3
Ignorado	0,8	1,3	2,3	3,7
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: PNAD/IBGE.

A década de oitenta foi o período de estagnação da estrutura industrial herdada do período anterior e a Alta Classe Média vai de 8,3% da população em 1981 para 10,5% em 1989. A Média Classe Média fica estabilizada em 13%.

O período de 1989 a 2004 pode ser tomado como representativo da década de noventa, em que passa a vigorar uma forte desestruturação do sistema industrial. Verifica-se que a Alta Classe Média recua para 6,2% e a Média para 10%.

O queremos destacar é que após todo o processo de mobilidade que vimos de 2004 a 2014 a Alta Classe Média situa-se praticamente no mesmo patamar de 1981 e a Média um pouco acima!

Na interpretação que seguimos esta estagnação decorre fundamentalmente do nosso processo de desindustrialização e ausência de progresso técnico sistêmico. Pois é justamente o desenvolvimento do sistema industrial e suas amplas conexões que cria as oportunidades de melhor qualificação e remuneração ocupadas pela Classe Média.

Entretanto, como apontamos na Introdução deste trabalho, a estabilidade dos níveis de participação da Classe Média não significa que nada ocorreu em seu seio desde 1980.

Para que tenhamos uma ideia geral das transformações que ocorreram apresentam-se na Tabela 27 as atividades em que atuavam os membros da Alta Classe Média em 1981 e, na Tabela 28, no quarto trimestre de 2018.

Tabela 27  
Atividades da alta classe média  
1981

Atividades	Nº (Mil)	%
Agrícola	178	7,2
Indústria de Transformação	571	23,0
Comércio e Reparação	354	14,2
Administração Pública	250	10,0
Educação, Saúde e Serviços Sociais	276	11,1
Outras Atividades e Atividades Mal Definidas	196	7,9
Setor Financeiro	216	8,7
Transporte, Armazenagem e Comunicação	168	6,8
Atividades Seleccionadas	2.208	88,8
Total	2.488	100,0

Fonte: PNAD – IBGE.

Tabela 28  
Atividades da alta classe média  
2018.4

Atividades	Nº (Mil)	%
Administração Pública, Defesa e Seguridade Social	1.090	18,5
Saúde Humana e Serviços Sociais	705	12,0
Educação	663	11,3
Atividades Profissionais, Científicas e Técnicas	605	10,3
Comércio	587	10,0
Indústrias de Transformação	519	8,8
Atividades Financeiras e afins	313	5,3
Informação e Comunicação	235	4,0
Atividades Seleccionadas	4.716	80,1
Total	5.888	100,0

Fonte: PNAD Contínua- IBGE.

A comparação entre estes dois momentos impõe sérias ressalvas já que ocorreram várias alterações na classificação das Atividades desde 1981 e uma importante mudança metodológica na PNAD em 2012.

Entretanto, se não nos apegarmos a um mero confronto numérico, é possível obter uma interessante visão panorâmica das mudanças ocorridas. Com este propósito, e para não nos alongarmos em demasia, vamos estabelecer apenas algumas comparações pontuais, que julgamos bastante ilustrativas.

De imediato destaca-se o fato de que em 1981 23% dos profissionais da Alta Classe Média atuavam na Indústria de Transformação, contra apenas 8,8% no quarto trimestre de 2018.

Mesmo no Comércio, com toda expansão que ocorreu, a redução foi de 14,2% para 10%.

No Setor Financeiro, que também teve um forte crescimento, a queda foi de 8,7% para 5,3%.

O agregado formado por Administração Pública (10%) e Educação, Saúde e Serviços Sociais (11,1%) com **21,1% em 1981** pode ser comparado livremente com aquele composto por Administração Pública, Defesa e Seguridade Social (18,5%), Saúde Humana e Serviços Sociais (12%) e Educação (11,3%), que soma **41,8% em 2018.4**.

Assim, fica claro como estas áreas Sociais e Governamentais crescem em termos ocupacionais frente à retração relativa das demais. Cabe registro a intensa expansão do ensino superior privado, que empregou muitos profissionais e que recentemente vem sofrendo demissões em larga escala.

Retomando as observações feitas na Introdução, passemos agora a um rápido exame das ocupações mais relevantes para a Alta Classe Média em 1981 e no quarto trimestre de 2018, sempre ressaltando as alterações metodológicas ocorridas neste período, tal como se apresenta nas Tabelas 29 e 30.

Em termos bastante panorâmicos é interessante observar as várias mudanças no ranking das ocupações mais numerosas.

Em 1981 os Comerciantes Estabelecidos (5,9%) estavam em primeiro lugar, e em 2018.4 descem para a terceira posição (3,9%).

A primeira posição em 2018.4 agora é ocupada pelos Advogados e Juristas (4,7%), que em 1981 estavam em nono lugar (2,7%). Sendo que em 2018.4 também podem ser considerados os Outros Profissionais do Direito e Serviços Legais (com 2,4%).

Os Médicos também avançam para a segunda posição em 2018.4 (6,2%, sendo 4,6% de especialistas e 1,6% gerais.) contra a quinta em 1981 (3,7%).

Em 2018.4 os Professores do Ensino Superior ocupam o quarto posto (3,5%) sendo que estavam fora da lista de 1981.

Por sua vez, os Engenheiros que ocupavam o 4º lugar em 1981(3,8%) ficam de fora em 2018.4.

Tabela 29  
Ocupações da alta classe média  
1981

Ocupação	Nº (Mil)	%	Rd Média*
Comerciante estabelecido	146	5,9	9.965
Encarregado administrativo	135	5,4	9.243
Administrador na ind. transformação	97	3,9	12.844
Engenheiros	95	3,8	12.509
Médicos	91	3,7	13.440
Emp. ind. transformação	87	3,5	10.695
Comerciante por conta própria	81	3,2	8.036
Outros proprietários	68	2,8	12.440
Advogados e afins	68	2,7	11.147
Motoristas	66	2,7	7.470
Diretor assessor	64	2,6	9.685

\* a preços de out 1985

Fonte: PNAD – IBGE.

Tabela 30  
Ocupações da alta classe média  
2018.4

Ocupação	Nº (Mil)	%	Rd Média**
Advogados e juristas	277	4,7	13.310
Outros Profissionais do direito e serviços legais	143	2,4	10.610
Médicos especialistas	270	4,6	17.228
Médicos Gerais	94	1,6	11.439
Comerciantes de lojas	228	3,9	9.623
Professores de universidades e do ensino superior	205	3,5	10.540
Dirigentes de vendas e comercialização	180	3,1	13.560
Dirigentes de administração	160	2,7	14.214
Contadores	148	2,5	13.187
Escriturários gerais	143	2,4	8.177
Analistas de gestão e administração	131	2,2	13.987
Dirigentes financeiros	129	2,2	15.031

\*\* a preços de out 2018

Fonte: PNAD Contínua – IBGE.

## 6 A crise que se inicia em 2015

Como dissemos na Apresentação deste texto, os principais veículos da crise que se abate sobre o mercado de trabalho são a estagnação do emprego, o forte aumento do desemprego e a rápida expansão do trabalho autônomo nas ocupações que não são de “colarinho branco”.

A Tabela 31 evidencia o primeiro aspecto mencionado, com forte retração do número de pessoas ocupadas em 2016 e a fraca recuperação a partir deste “buraco”, sendo que em 2018 ainda está no nível de 2014 e 2015.

Tabela 31  
Trabalhadores ocupados

Ano	Nº (Mil)
2012	89.064
2013	90.302
2014	91.638
2015	91.685
2016	89.975
2017	90.294
2018	91.571

Fonte: PNAD Contínua Trimestral (média aritmética) – IBGE.



A Tabela 32 apresenta a evolução do desemprego aberto, que imediatamente é impactado pelo “cavalo de pau” na política econômica, crescendo espantosos 26,5% em 2015, 37% em 2016 e 13,5% em 2017.

Tabela 32  
Desempregados

Ano	Nº (mil)	Variação %
2012	7.100	
2013	6.693	
2014	6.494	
2015	8.215	26,5
2016	11.256	37,0
2017	12.775	13,5
2018	12.491	-2,2

Fonte: PNAD Contínua trimestral (média aritmética) – IBGE.

Este comportamento do emprego e do desemprego vai se refletir na progressiva expansão do emprego autônomo entre os trabalhadores populares que não são do grupo ocupacional dos “colarinhos brancos”, tal como se verifica na Tabela 33.

Tabela 33  
Trabalhadores autônomos

Ano	Nº (mil)	% do total de ocupados
2012	12.519	14,0
2013	12.956	14,2
2014	13.594	14,7
2015	14.245	15,4
2016	14.520	16,0
2017	15.191	16,7
2018	15.914	17,3

Fonte: PNAD Contínua trimestral (média aritmética) – IBGE.

O que ocorre é que perdendo o emprego, e não conseguindo outro, muitos trabalhadores apelam para qualquer atividade que consigam desempenhar para auxiliar na sua própria sobrevivência e de sua família.

A Tabela 34 apresenta as principais ocupações que eles assumem.

Em primeiro lugar, encontram-se todos aqueles dedicados ao comércio voltado ao consumo popular, sejam donos de pequenos estabelecimentos (pensões, bares, restaurantes, lanchonetes, padarias, pizzarias etc.), vendedores a domicílio, vendedores ambulantes de comida e demais produtos.

Outros grupos importantes são formados pelos ocupados na construção civil, motoristas e motociclistas, cabeleireiros e tratamento de beleza, alfaiates, padeiros, cozinheiros, mecânicos e eletricitistas.

Tabela 34

Trabalhadores autônomos selecionados  
2018.4

Ocupações	Nº (mil)	%	Rd Média*
Comerciantes de lojas	2.080	12,9	1.570
Pedreiros	2.078	12,9	1.567
Vendedores a domicílio	1.392	8,6	1.146
Condutores de automóveis taxis e caminhonetes	981	6,1	1.987
Cabeleireiros	911	5,7	1.363
Especialistas em tratamento de beleza e afins	854	5,3	1.038
Trabalhadores elementares da construção de edifícios	527	3,3	870
Pintores e empapeladores	504	3,1	1.412
Alfaiates modistas chapeleiros e peleteiros	472	2,9	887
Padeiros confeitheiros e afins	403	2,5	1.012
Vendedores ambulantes de serviços de alimentação	371	2,3	883
Cozinheiros	363	2,3	1.193
Condutores de caminhões pesados	357	2,2	2.842
Vendedores ambulantes (exclusive de serviços de alimentação)	352	2,2	1.073
Mecânicos e reparadores de veículos a motor	333	2,1	1.697
Condutores de motocicletas	321	2,0	1.110
Artesãos de tecidos couros e materiais semelhantes	264	1,6	760
Eletricistas de obras e afins	221	1,4	1.537
Classificadores de resíduos	205	1,3	663
Ocupações selecionadas	12.991	100,0	
Total	16.125	100,0	1.376

\* a preços de out. 2018

Fonte: PNAD Contínua Trimestral – IBGE.

O resultado do impacto desta degradação do mercado de trabalho pode ser percebido na evolução da estratificação dos indivíduos ocupados, tal como se apresenta nas Tabelas 35 e 36.

Observando as duas pontas da estratificação fica evidente a significativa piora em 2016, com forte queda no emprego de Alta Classe Média e crescimento entre os Miseráveis. E, com pequenas alterações, esta situação ainda permanece em 2017 e 2018.

Tabela 35  
Estratificação individual dos ocupados  
(Em %)

“Padrões de vida”	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Alta Classe Média	6,7	6,2	6,7	7,0	5,7	6,0	6,4
Média Classe Média	12,1	10,7	11,3	12,1	12,3	12,7	13,2
Pobres Intermediários	39,3	40,8	43,0	42,2	39,3	40,9	41,0
Pobres	30,2	30,1	27,2	27,9	30,2	27,6	26,6
Miseráveis	11,7	12,1	11,8	10,7	12,5	12,7	12,8
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: PNAD Contínua trimestral (média aritmética) – IBGE

Tabela 36  
Estratificação individual dos ocupados  
(Mil)

“Padrões de vida”	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Alta Classe Média	5.932	5.585	6.107	6.434	5.160	5.453	5.869
Média Classe Média	10.790	9.683	10.349	11.075	11.051	11.495	12.043
Pobres Intermediários	35.043	36.887	39.417	38.713	35.357	36.928	37.577
Pobres	26.864	27.179	24.915	25.610	27.131	24.939	24.325
Miseráveis	10.434	10.969	10.850	9.852	11.276	11.479	11.757
Total	89.064	90.302	91.638	91.685	89.975	90.294	91.571

Fonte: PNAD Contínua trimestral (média aritmética) – IBGE.

## 7 Agravantes da Crise Social

Este péssimo desempenho do mercado de trabalho, é acompanhado de alguns sérios agravantes que dizem respeito à significativa presença de pessoas com curso superior entre os desempregados e os trabalhadores pobres.

Sem dúvida, esta situação é um forte componente no clima geral de frustração que se instala entre os brasileiros, particularmente entre os jovens.

Como se apresenta na Tabela 37, aqueles que possuem curso superior completo ou incompleto atingem no quarto trimestre de 2018 o expressivo nível de 16,3% do total de desempregados.

Tabela 37  
Escolaridade dos desempregados  
2018.4

Descrição	Nº (Mil)	%
-----------	----------	---

Sem instrução	310	2,5
Fundamental incompleto ou equivalente	2.716	21,9
Fundamental completo ou equivalente	1.200	9,7
Médio incompleto ou equivalente	1.557	12,6
Médio completo ou equivalente	4.601	37,1
Superior incompleto ou equivalente	837	6,8
Superior completo	1.178	9,5
Subtotal curso superior	2.015	16,3
Total	12.400	100,0

Fonte: PNAD Contínua trimestral – IBGE.

Da mesma forma, a Tabela 38 aponta que entre os trabalhadores pobres existe um enorme contingente de 12,9 milhões que possui curso superior completo ou incompleto, equivalente a 51,7% dos trabalhadores com este nível de escolaridade.

Tabela 38  
Escolaridade dos pobres e miseráveis ocupados  
2018.4

“Padrões de vida”	Superior incomp. Nº (mil)	Superior completo Nº (mil)	Total Nº (mil)
Pobres Intermediários	2.666	6.381	9.047
Pobres	1.531	1.507	3.038
Miseráveis	394	377	771
Total de Pobres e Miseráveis	4.591	8.265	12.856
Total no nível de escolaridade	5.786	19.060	24.846

Fonte: PNAD Contínua trimestral – IBGE.

Não é preciso se alongar demais para compreender a forte frustração que, tal como ocorre entre os desempregados, se instala entre aqueles que foram em busca desse nível de escolaridade com esperança de ascenderem socialmente, quase sempre com grande sacrifício, pagando faculdade ou se endividando, trabalhando de dia e estudando a noite.

Ainda que vários analistas da conjuntura política apontem que a sociedade brasileira parece “anestesiada”, é possível identificar neste enorme contingente algo como uma “bomba relógio” em estado latente, pois o descontentamento pode se transformar em revolta, tal como vimos em 2013.

Sem dúvida, este sentimento também esteve presente no comportamento eleitoral e político que predominou nas eleições de 2018, com forte polarização e intolerância entre as pessoas, atingindo mesmo os parentes e círculos mais próximos de amigos.

E com resultados bastante assustadores!

## 8 A Mobilidade Descendente após 2015

Para encerrar pretendemos discutir os impactos sobre a mobilidade social advindos da profunda crise econômica que se inicia em 2015.

Já vimos nas Tabelas 35 e 36 que existe um hiato entre a forte recessão de 2015 e seus impactos sobre os ocupados, que só começam a se manifestar em 2016. Assim, é crucial a comparação entre 2015 e 2016.

Entretanto, a PNAD anual encerrou-se em 2015 passando a vigorar a PNAD Contínua, que começou em 2012 com periodicidade trimestral, porém apenas para os **indivíduos** ocupados.

Ocorre que a PNAD Contínua Anual, com a agregação familiar da população se inicia apenas em 2016.

Assim sendo, por não dispormos na mesma base os dados de 2015 ficamos sem elementos para analisar o comportamento da mobilidade em 2016.

A saída para termos uma ideia, ainda que aproximada, foi simular o que seria a estratificação familiar da população em 2015.

Para tanto, e em poucas palavras, o procedimento foi verificar em 2016 a relação entre a estratificação da população e a estratificação dos indivíduos ocupados e aplicar esta relação sobre a estratificação dos indivíduos ocupados de 2015. Esta simulação será identificada como “2015”.

As Tabelas 39 e 40 apresentam os resultados deste exercício, respectivamente, com o percentual de cada camada social no total da população e o número de pessoas.

Por outro lado, tal como fizemos ao analisar a mobilidade ascendente entre 2004 e 2014, atualizamos o total da população de 2015 e 2016 para aquela vigente em 2017 (207 milhões de pessoas). Com isso buscamos neutralizar o efeito do crescimento vegetativo nas camadas sociais. Assim, as variações nas várias camadas sociais podem ser atribuídas exclusivamente à mobilidade social.

Observa-se claramente que a forte mobilidade descendente ocorreu em 2016, com uma queda de algo como 2,7 milhões de membros da Alta Classe Média e de 6,6 milhões de Pobres Intermediários, ao lado do aumento de 5,1 milhões de Pobres e de 2,7 milhões de Miseráveis.

Em 2017 a mobilidade não apresenta variações tão bruscas, merecendo registro a pequena retração de 330 mil pessoas da Alta Classe Média e o aumento de 1,8 milhões na Média Classe Média. Por sua vez, os Miseráveis aumentam em 1,4 milhão.

Tabela 39  
Agregação familiar da população  
(%)

“Padrões de vida”	“2015”	2016	VAR 2016-”15”	2017	VAR 2017-16
Alta Classe Média	10,6	9,3	-11,6	9,1	-0,9
Média Classe Média	15,0	15,7	5,2	16,5	6,4
Pobres Intermediários	44,0	40,9	-6,4	40,9	0,9
Pobres	23,4	25,9	11,5	24,5	-4,7
Miseráveis	7,0	8,3	20,1	9,0	8,8
Total	100,0	100,0	0,8	100,0	0,8

Fonte: PNAD Contínua – IBGE.

Tabela 40  
Agregação familiar da população  
(Em mil)

(9) Desta forma obtemos para 2015 e 2016 o número de pessoas em cada camada que existiriam em 2017 caso não houvesse nenhuma mobilidade social. Assim, as diferenças medem a mobilidade.

“Padrões de vida”	“2015”	2016	VAR 2016-’15”	2017	VAR 2017-16
Alta Classe Média	21.954	19.259	-2.695	18.933	-326
Média Classe Média	31.049	32.409	1.361	34.213	1.804
Pobres Intermediários	91.155	84.595	-6.560	84.669	73
Pobres	48.470	53.615	5.145	50.692	-2.923
Miseráveis	14.460	17.209	2.749	18.580	1.372
Total	207.088	207.088	0	207.088	0

Fonte PNAD Contínua – IBGE.

É bem provável que este impacto da crise econômica ajude a entender o clima de descontentamento, radicalização e polarização política, que vai se instalando nas classes médias. Que já não estavam satisfeitas com o baixo dinamismo que enfrentaram no período de forte mobilidade nas camadas populares.

### Referências bibliográficas

MILLS, C. Wright. *A Nova Classe Média (White Collar)*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1969.

QUADROS, Waldir J. de. *O ‘Milagre Brasileiro’ e a expansão da Nova Classe Média*. Tese (Doutoramento)–Campinas, IE/Unicamp, 1991.

QUADROS, Waldir J. de. Reestruturação das Empresas e o Emprego de Classe Média. In: BARBOSA DE OLIVEIRA, Carlos Alonso; MATTOSO, Jorge Eduardo Levi (Org.). *Crise e Trabalho no Brasil – Modernidade ou Volta ao Passado?* Campinas-SP: Editora Página Aberta, 1997.

QUADROS, W. Melhorias Sociais no período 2004 a 2008. Campinas: IE/Unicamp, maio 2010. (Texto para Discussão, n. 176).